

Relatório de

Gestão

2023



União



e movimento

Cooperar é o que nos move

Imagine um mundo onde cada passo dado é impulsionado pelo poder da união. Um lugar onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motrizes por trás do crescimento e do desenvolvimento de cada indivíduo. Bem-vindo ao nosso universo de cooperação, onde acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.

Aqui, a cooperação é muito mais do que uma palavra no dicionário, é uma filosofia que permeia cada fibra do nosso ser. Quando nos unimos, movidos pela cooperação, somos capazes de superar desafios e criar um futuro brilhante.

Junte-se a nós e sinta o poder dessa força transformadora.

7

Princípios do cooperativismo



1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Intercooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e sua empresa



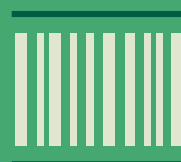
Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos



Maquininha



Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência



Conta Kids



App CredíSIS



Internet Banking

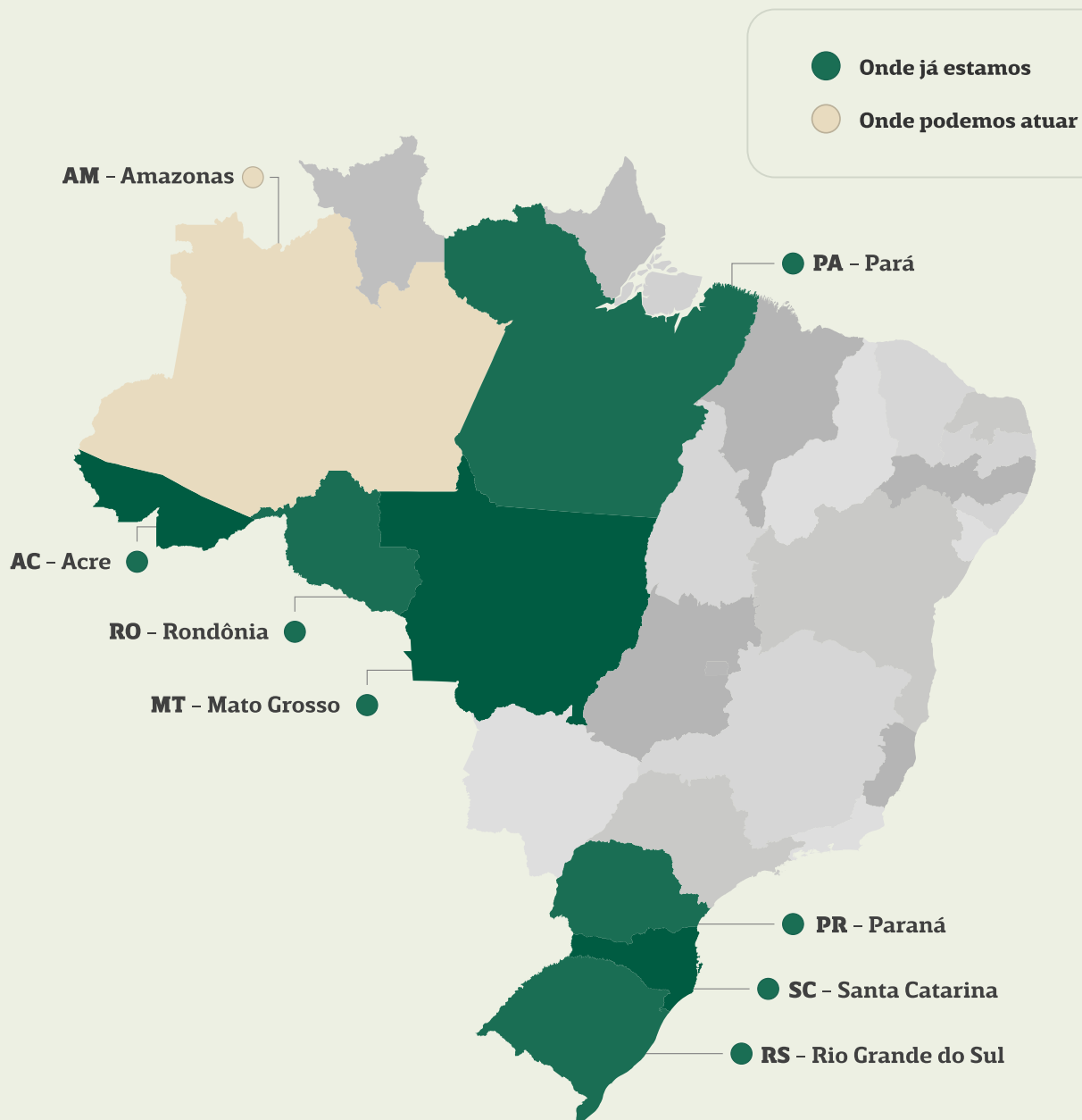


Caixas Eletrônicos



Pix

Mapa de atuação



07 estados • **51** municípios • **10** distritos

12 cooperativas • **71** agências • **70** mil cooperados



A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.

Sumário

| | |
|--|----|
| Cooperar é o que nos move | 02 |
| 7 princípios do cooperativismo | 03 |
| Para você e sua empresa | 05 |
| Mapa de atuação CrediSIS | 06 |
| A revolução da cooperação | 07 |
| Parecer do conselho fiscal | 09 |
| Palavra do Presidente | 10 |
| Relatório da Administração | 11 |
| Evolução dos Resultados | 12 |
| Ações Sociais ESG | 13 |
| Relatório dos Auditores Independentes | 14 |
| Demonstrações Financeiras | |
| Balancos patrimoniais | 17 |
| Demonstrações do resultado | 18 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 18 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 19 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 20 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 22 |
| 1 Contexto operacional | 22 |
| 2 Apresentação das demonstrações financeiras | 22 |
| 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação | 23 |
| 2.2 Continuidade dos negócios | 25 |
| 3. Políticas contábeis materiais | 25 |
| 4 Caixa e equivalentes de caixa | 28 |
| 5 Títulos e valores imobiliárias | 29 |
| 6 Relações interfinanceiras | 29 |
| 7 Operações de crédito | 29 |
| 8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 30 |
| 9 Outros ativos financeiros | 30 |
| 10 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações | 31 |
| 11 Depósitos | 31 |
| 12 Recursos de aceite e emissão de títulos | 31 |
| 13 Relações interfinanceiras | 32 |
| 14 Obrigações fiscais correntes e diferidas | 32 |
| 15 Outros Passivos | 32 |
| 16 Passivos contingentes | 33 |
| 17 Patrimônio líquido | 33 |
| 18 Ingressos de operações de crédito | 34 |
| 19 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas | 34 |
| 20 Dispêndios e despesas de pessoal | 35 |
| 21 Outros dispêndios e despesas administrativas | 35 |
| 22 Outros ingressos e receitas operacionais | 35 |
| 23 Outros dispêndios e despesas operacionais | 35 |
| 24 Outras receitas e despesas | 36 |
| 25 Resultado não recorrente | 36 |
| 26 Partes relacionadas | 36 |
| 26.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. | 37 |
| 27 Índice de Basileia | 38 |
| 28 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos | 38 |
| 29 Seguros contratados | 39 |

| Parecer Conselho Fiscal

Os abaixo assinados, Membros Efetivos do Conselho Fiscal da CREDISIS CREDIBRAS - Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia, em observância ao disposto no artigo 56 da Lei 5.764/71, zelando pelos interesses desta cooperativa e no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias. A partir destas diretrizes, este conselho fiscal reuniu-se na sede da entidade em 08/04/2024, com o Objetivo de examinar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrativos do resultado do exercício, prestação de contas e demais documentos e informações pertinentes as operações realizadas pela CREDISIS CREDIBRÁS.

Com base nas avaliações acompanhamos a evolução do quadro associativo e financeiro que nos foi disponibilizado, onde de posse do balancete patrimonial, demonstrações contábeis, financeiras, pareceres da auditoria externa independente e respectivas comprovações documentais, foram analisadas as contas referentes ao ano de 2023, sendo prestados por parte da Diretoria Executiva todas as informações e esclarecimentos julgados necessários.

Nosso parecer encontra-se fundamentado ainda nos relatórios dos auditores independentes, decorrente das incumbências que lhes são atribuídas pelo Banco Central do Brasil, onde acompanhamos os procedimentos e apontamentos realizados, dentro da extensão e profundidade que entendemos necessárias.

Destacamos o cuidado continuado por parte da Diretoria na comunicação e apresentação mensal da documentação pertinente para análise, verificando saldos contábeis e suas devidas composições em sistemas auxiliares, as quais atendem aos requisitos exigidos e demonstra transparência e compromisso com o acompanhamento das atividades desempenhadas.

Face ao exposto, damos nosso PARECER FAVORÁVEL no sentido que as referidas demonstrações apresentadas estão em conformidade com as normas jurídicas e contábeis, refletindo adequadamente a situação patrimonial e financeira da CREDISIS CREDIBRÁS, expondo um equilíbrio entre as receitas provenientes de seu objeto social e os gastos para executar sua finalidade institucional.

Assim, por evidenciarem de forma transparente o desempenho e a gestão dos recursos aplicados, não evidenciando nenhuma irregularidade no exercício findo em 31/12/2023, recomendamos a aprovação pela Assembleia Geral das contas do ano exercício 2023.

Uenas Manoel dos Santos
Coordenador

Erisvelto Silva de Souza Schwambach
Secretário

Patrícia Luana Machado
Conselheiro Efetivo

Palavra do Presidente

Exercer o papel de Presidente representante de uma instituição financeira é um grande desafio e requer muita responsabilidade, pois tratamos de uma busca contínua de contribuição para o desenvolvimento da Cooperativa e cada vez mais colocar nossos propósitos em prática. No ano de 2023, a CrediSIS CrediBrás completou seus sonhados 20 anos e sempre alcançando resultados extraordinários para sua realidade, ao longo desses anos a cooperativa vem sendo marcada por um período de grandes avanços e conquistas, através de uma gestão dinâmica, eficiente e com visões estratégicas e de cooperação.

Os números consolidados representam que estamos no caminho certo, com mais de 4.180 cooperados, mais de R\$ 108 milhões de ativos e um montante de mais de R\$ 16,5 milhões de capital integralizado, consideramos uma liquidez eficiente e segura.

Nossa gestão com um quadro funcional ativo e competente trabalha investindo na qualidade, agilidade, transparência e na responsabilidade social e ambiental e no aumento gradativo de patrimônios e resultados, porem sempre com cautela na preservação da união e companheirismo e assim trabalhando pelos mesmos ideais com crescimento e qualidade de vida de todos, cooperados e colaboradores.

Seguimos com nossa visão de, “ser referência como instituição financeira cooperativista em sua área de atuação”, e convictos que os anos vindouros serão bem sucedidos como os anos anteriores, avancemos ao lado dos nossos Cooperados, acompanhando seus modelos de negócios e suas reais necessidades, desenvolvendo nosso quadro de colaboradores para uma condução eficaz que nos representam, focados no aperfeiçoamento contínuo, com objetivo de sempre oferecer o melhor ao nossos Cooperados pois nosso maior objetivo é “melhorar a vida das pessoas”, buscar entregar muito mais que produtos e serviços e sim realizar sonhos.

Gratidão aos Cooperados, Gestores, Colaboradores e a todos que fazem da CrediSIS CrediBrás uma Cooperativa de referência que muito nos orgulha.

Continuamos confiantes no crescimento da nossa Cooperativa e que Deus abençoe cada um de nós.

Um forte abraço a todos.
Muito obrigado.



Alexsandro Gusse Osowski

Presidente
CrediSIS CrediBrás

Relatório da Administração

Exercício 2023

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.818 de 29/05/2020, bem como pela Instrução Normativa BCB nº 236 de 17/02/2022, e em consonância com o princípio fundamental da governança Cooperativa, que é a transparência, apresentamos um relatório detalhado de nossas atividades desenvolvidas durante o ano de 2023.

No decorrer do ano de 2023, enfrentamos um panorama repleto de incertezas tanto no âmbito econômico quanto no político. Apesar dos desafios apresentados e um cenário não muito favorável, a CrediSIS CrediBrás alcançou progressos significativos, demonstrado a sua força, gerando ganhos e sustentação para a comunidade local. Assumimos o compromisso com as metas e conquistas que visam o progresso regional e social, destacando que o Cooperativismo de crédito se revela como uma das mais eficazes alternativas tangíveis para superar desafios sociais e econômicos, trazendo consigo a realização de grandes sonhos, metas e objetivos.

Quanto aos resultados financeiros, a Administração tem a honra de compartilhar resultados consolidados e marcantes do exercício de 2023, em comparação com o exercício de 2022. Findando o ano de 2023 com o total de 4.182 cooperados, um aumento de 10,02% em relação ao ano anterior. Os ganhos provenientes de Sobras antes dos Juros sobre Capital totalizaram R\$ 6.719.017, representando um aumento de 47%, melhor resultado desde a sua fundação a 20 anos. Em relação aos ativos totais, a CrediSIS CrediBrás alcançou um montante de R\$ 108.464.039, registrando um crescimento de 34,27%. Nas operações de crédito, o valor da carteira fechou em R\$ 71.774.011, com um aumento de 40,59%. Quanto à carteira de crédito, o índice de inadimplência foi de 0,96%, o que é considerado excelente diante do atual cenário econômico do país. Em relação ao capital social, foi atingido um montante de R\$ 16.741.490. Vale ressaltar que no ano de 2023 a CrediSIS CrediBrás movimentou cerca de R\$ 13 milhões de reais em produtos e serviços e operações de crédito na maior feira de agronegócio da região norte do Brasil, a Rondônia Rural Show.

Os resultados da intermediação financeira demonstram que os montantes movimentados na CrediSIS CrediBrás continuam a enriquecer ainda mais às atividades dos seus Cooperados. Participar ativamente nas transações financeiras é de grande importância para impulsionar nossos resultados e contribuir significativamente para o sucesso coletivo.

Em 2023, a CrediSIS CrediBrás celebrou seu aniversário de 20 anos, uma trajetória marcada por histórias memoráveis e grandes sucessos. Este momento especial nos convida a refletir sobre nossa trajetória e as conquistas alcançadas. Que nos sirva de inspiração para persistir na busca por novos avanços, inovações e no compromisso contínuo de oferecer excelência aos seus cooperados e à comunidade. O fator fundamental para esse crescimento foi a confiança dos Cooperados, incentivo e empenho da Diretoria e Colaboradores, apoio dos Conselheiros, e assim todos movidos e comprometidos com o propósito de alcançar metas e promover o crescimento do cooperativismo, superando todas as expectativas e demonstrando seu compromisso com o desenvolvimento mútuo. Reconhecemos constantemente o valor da nossa equipe e acreditamos firmemente que o espírito cooperativista de cada um deles é alimentado pela colaboração de todos.

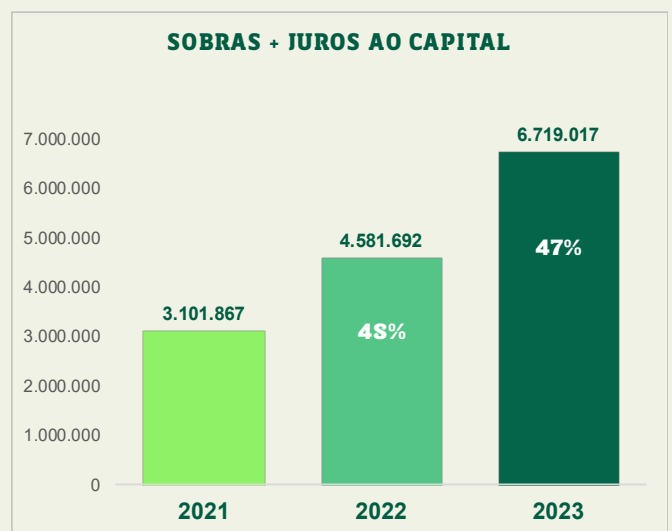
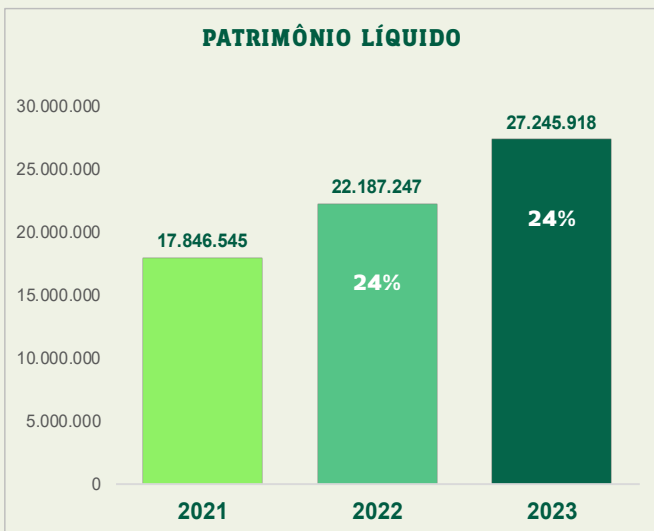
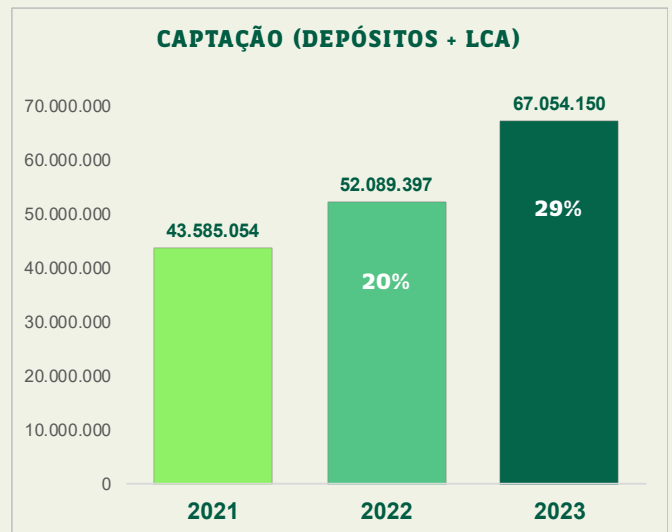
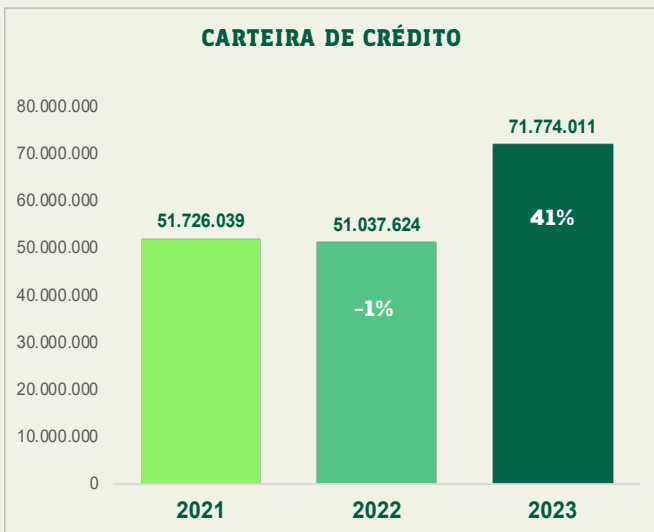
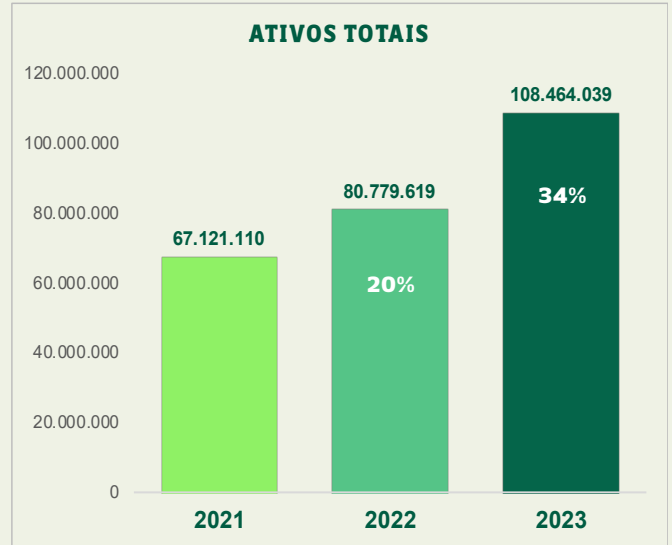
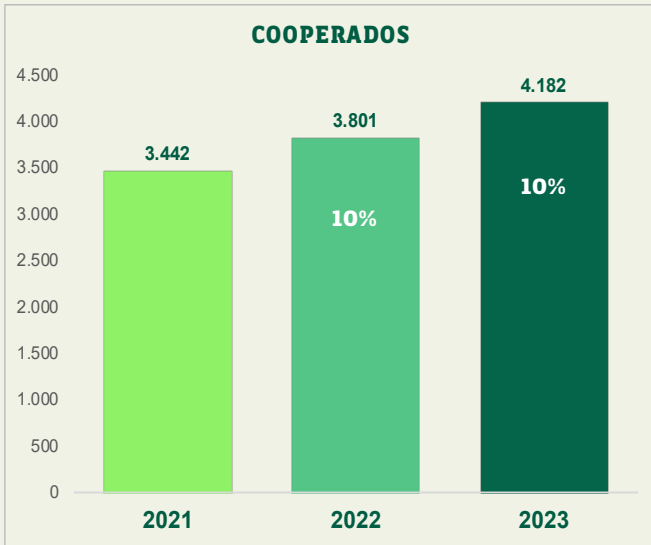
Quanto à capacitação e investimentos em capital humano, a CrediSIS CrediBrás em parceria com a Central CrediSIS e o Serviço Nacional de Aprendizagem do cooperativismo (Sescoop/Ro), fornecemos aos nossos colaboradores cursos e treinamentos com conteúdo voltados ao cooperativismo, autoconhecimento, investimentos, vendas, melhores práticas de mercado, análise de crédito, dentre outros. Prezamos por investir em nossos colaboradores capacitando-os para um excelente atendimento a seus cooperados, e estarem sempre prontos para novos desafios.

No que diz respeito à governança, sempre prezamos pelas boas práticas do mercado. Deste modo, com o apoio da CrediSIS Central, Diretoria, Conselheiros de Administração e Fiscal, Presidente e Vice-Presidente, representante de área de atuação da CrediSIS CrediBrás se fizeram presentes em um Workshop de Riscos e Supervisão com abrangência em Supervisão, Governança Cooperativa, Gestão de Riscos, Segurança Cibernética, a importância do ESG nas cooperativas de crédito e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Em apoio as entidades, ações, projetos e tudo no que diz respeito em benefício à comunidade, a CrediSIS CrediBrás, guiada pelos sólidos valores e princípios do Cooperativismo atua na comunidade criando laços de confiança e solidariedade, como por exemplo, o projeto adotando uma família desde 2020, entrega de cestas básicas para pessoas carentes, campanhas doações de sangue, dentre outras ações sociais, doações e patrocínios, demonstrando assim a verdadeira essência e importância da Cooperativa na vida de nossos Cooperados e das comunidades onde está presente.

Finalizando o ano de 2023, consolidamos a convicção de termos cumprido com êxito nossa missão de proporcionar soluções financeiras aos nossos Cooperados, pautados pela qualidade, segurança e rentabilidade. Por fim, renovamos o nosso compromisso de continuar trabalhando pelo crescimento e desenvolvimento da CrediSIS CrediBrás, seus Cooperados, e nas comunidades onde atuamos, trazendo resultados ainda maiores no exercício de 2024, visando um sistema Cooperativo ainda mais consolidado e fortalecido. Afinal, cooperar é o que nos move.

Evolução dos Resultados



Ações Sociais ESG



Dia das Crianças



Dia das Mães



Entrega de Cestas Basicas



Projeto Adotando Uma Família



Reconhecimento Melhor Café 2023



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos cooperados e administradores da Credisis Credibrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia, Nova Brasilândia d'Oeste RO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Credisis Credibrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis, materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Credisis Credibrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 22 de março de 2024.

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3 S “RO”

Julio Cesar Dias

CRC 1SP322496/O-1 S “RO”

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

| Ativo | NOTA | 2023 | 2022 |
|---|------|--------------------|-------------------|
| Disponibilidades | 4 | 436.327 | 464.714 |
| Instrumentos financeiros | | 107.744.496 | 80.691.385 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 5.017.546 | 3.066.505 |
| Relações interfinanceiras | 6 | 30.882.675 | 26.532.692 |
| Operações de crédito | 7 | 71.774.011 | 51.037.624 |
| Outros ativos financeiros | | 70.264 | 54.564 |
| (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 8 | (2.307.439) | (2.092.670) |
| Ativos fiscais correntes e diferidos | | 13.301 | 10.188 |
| Outros ativos | 9 | 719.359 | 249.349 |
| Imobilizado de uso | 10 | 4.349.897 | 3.575.423 |
| Intangível | 10 | 157.380 | 149.227 |
| (-) Depreciações e amortizações | 10 | (2.649.282) | (2.267.997) |
| Total do Ativo | | 108.464.039 | 80.779.619 |
| Passivo | | | |
| Depósitos | 11 | 53.347.744 | 52.089.397 |
| Demais instrumentos financeiros | | 24.346.422 | 4.731.684 |
| Recursos de aceite e emissão de títulos | 12 | 13.706.406 | - |
| Relações interfinanceiras | 13 | 10.511.783 | 4.685.817 |
| Outros passivos financeiros | | 128.233 | 45.867 |
| Obrigações fiscais correntes | 14 | 321.508 | 221.772 |
| Outros passivos | 15 | 3.202.446 | 1.709.049 |
| | | \$1.218.120 | 58.751.902 |
| Patrimônio Líquido | 17 | | |
| Capital social | | 16.741.490 | 13.550.330 |
| Reservas de sobras | | 8.327.839 | 7.073.860 |
| Sobras acumuladas | | 2.176.590 | 1.403.527 |
| | | 27.245.919 | 22.027.717 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 108.464.039 | 80.779.619 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

| | NOTA | 2023 | | 2022 |
|---|-------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Ingressos e receitas da intermediação financeira | | 10.427.324 | 20.207.405 | 15.883.930 |
| Operações de crédito | 18 | 8.341.679 | 16.341.060 | 13.988.975 |
| Ingressos de depósitos intercooperativos | 6 | 2.085.645 | 3.866.345 | 1.894.917 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | - | - | 38 |
| Dispêndios e despesas da intermediação financeira | | (4.526.597) | (7.191.929) | (5.094.495) |
| Operações de captação no mercado | 11(i) | (3.454.596) | (6.482.984) | (4.570.658) |
| Operações de empréstimos e repasses | 13 | (132.410) | (241.168) | (393.533) |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 8b | (939.591) | (467.777) | (130.304) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | 5.900.727 | 13.015.476 | 10.789.435 |
| Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais | | (3.366.711) | (6.451.034) | (6.191.373) |
| Ingressos e receitas de prestação de serviços | 19 | 507.017 | 973.748 | 763.716 |
| Rendas de tarifas | 19 | 17.534 | 42.097 | 55.328 |
| Dispêndios e despesas de pessoal | 20 | (2.394.456) | (4.713.734) | (3.728.490) |
| Outros dispêndios e despesas administrativas | 21 | (2.503.269) | (4.939.386) | (3.729.327) |
| Dispêndios e despesas tributárias | | (495) | (1.176) | (2.197) |
| Outros ingressos e receitas operacionais | 22 | 1.029.070 | 2.226.608 | 483.857 |
| Outros dispêndios e despesas operacionais | 23 | (22.112) | (39.191) | (34.260) |
| Resultado operacional | | 2.534.016 | 6.564.442 | 4.598.062 |
| Outras receitas e despesas | 24 | 54 | 288 | (15.055) |
| Sobras antes da tributação | | 2.534.070 | 6.564.730 | 4.583.007 |
| Imposto de renda e contribuição social | | (766) | (1.869) | (1.315) |
| Imposto de renda sobre atos não cooperados | | (383) | (847) | (607) |
| Contribuição social sobre atos não cooperados | | (383) | (1.022) | (708) |
| Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital | | 2.533.304 | 6.562.861 | 4.581.692 |
| Juros ao capital | 17b | (1.036.277) | (1.877.211) | (1.459.160) |
| Sobras do período antes das destinações | | 1.497.027 | 4.685.650 | 3.122.532 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

| | 2023 | | 2022 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital | 2.533.304 | 6.562.861 | 4.581.692 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - |
| Total do resultado abrangente | 2.533.304 | 6.562.861 | 4.581.692 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

| | Capital integralizado | (-) Capital a realizar | Reserva legal | Reserva de Contingência | Sobras acumuladas | Totais |
|--|-----------------------|------------------------|------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2022 | 11.074.670 | (72.386) | 5.145.513 | 377.637 | 1.183.176 | 17.708.610 |
| Destinações das sobras do exercício anterior: | | | | | | |
| Ao capital | 1.169.066 | - | - | - | (1.169.066) | - |
| Distribuição de sobras para associados | - | - | - | - | (14.110) | (14.110) |
| Movimentação de capital: | | | | | | |
| Por integralização | 633.038 | 3.185 | - | - | - | 636.223 |
| Por devolução (-) | (614.386) | - | - | - | - | (614.386) |
| Utilizações de reservas | - | - | - | (8.765) | - | (8.765) |
| Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital | - | - | - | - | 4.581.692 | 4.581.692 |
| Remuneração de juros sobre o capital próprio: | | | | | | |
| Provisão de juros sobre o capital próprio | 1.433.117 | - | - | - | (1.459.160) | (26.043) |
| IRRF sobre juros sobre o capital | (75.974) | - | - | - | - | (75.974) |
| Destinações das sobras do período: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 1.247.580 | - | (1.247.580) | - |
| Reserva de contingências | - | - | - | 311.895 | (311.895) | - |
| FATES - Atos cooperativos | - | - | - | - | (155.947) | (155.947) |
| FATES - Atos não cooperativos | - | - | - | - | (3.583) | (3.583) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 13.619.531 | (69.201) | 6.393.093 | 680.767 | 1.403.527 | 22.027.717 |
| | | | | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2023 | 13.619.531 | (69.201) | 6.393.093 | 680.767 | 1.403.527 | 22.027.717 |
| Destinações das sobras do exercício anterior: | | | | | | |
| Ao capital | 1.378.877 | - | - | - | (1.378.877) | - |
| Distribuição de sobras para associados | - | - | - | - | (24.650) | (24.650) |
| Movimentação de capital: | | | | | | |
| Por integralização | 502.678 | 68.828 | - | - | - | 571.506 |
| Por devolução (-) | (409.071) | - | - | - | - | (409.071) |
| Utilizações de reservas | - | - | - | (625) | - | (625) |
| Reversões de fundos | - | - | - | (680.142) | - | (680.142) |
| Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital | - | - | - | - | 6.562.861 | 6.562.861 |
| Utilização FATES | - | - | - | - | 156.156 | 156.156 |
| Remuneração de juros sobre o capital próprio: | | | | | | |
| Provisão de juros sobre o capital próprio | 1.754.930 | - | - | - | (1.877.211) | (122.281) |
| IRRF sobre juros sobre o capital | (105.082) | - | - | - | - | (105.082) |
| Destinações das sobras do período: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 1.934.746 | - | (1.934.746) | - |
| Fundo de contingências | - | - | - | - | (483.687) | (483.687) |
| FATES - Atos cooperativos | - | - | - | - | (241.843) | (241.843) |
| FATES - Atos não cooperativos | - | - | - | - | (4.940) | (4.940) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 16.741.863 | (373) | 8.327.839 | - | 2.176.590 | 27.245.919 |
| | | | | | | |
| Saldos em 1º de julho de 2023 | 14.955.967 | (68.793) | 6.393.093 | 680.142 | 3.188.623 | 25.149.032 |
| Movimentação de capital: | | | | | | |
| Por integralização | 376.790 | 68.420 | - | - | - | 445.210 |
| Por devolução (-) | (240.742) | - | - | - | - | (240.742) |
| Reversões de fundos | - | - | - | (680.142) | - | (680.142) |

Continua...

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

...Continuação

| | Capital integralizado | (-) Capital a realizar | Reserva legal | Reserva de Contingência | Sobras acumuladas | Totais |
|--|-----------------------|------------------------|------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital | - | - | - | - | 2.533.304 | 2.533.304 |
| Utilização FATES | - | - | - | - | 156.156 | 156.156 |
| Remuneração de juros sobre o capital próprio: | | | | | | |
| Provisão de juros sobre o capital próprio | 1.754.930 | - | - | - | (1.036.277) | 718.653 |
| Juros sobre o capital próprio | (105.082) | - | - | - | - | (105.082) |
| Destinações das sobras do período: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 1.934.746 | - | (1.934.746) | - |
| Fundo de contingências | - | - | - | - | (483.687) | (483.687) |
| FATES - Atos cooperativos | - | - | - | - | (241.843) | (241.843) |
| FATES - Atos não cooperativos | - | - | - | - | (4.940) | (4.940) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 16.741.863 | (373) | 8.327.839 | - | 2.176.590 | 27.245.919 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

| | 2023 | 2022 |
|---|---------------------|-------------------|
| | 2º semestre | Exercício |
| Sobras antes da tributação | 2.534.070 | 4.583.007 |
| Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 939.591 | 130.304 |
| Depreciações e amortizações | 151.298 | 533.410 |
| Sobras antes da tributação | 3.624.959 | 5.246.721 |
| Aumento (redução) em ativos operacionais | | |
| Relações interfinanceiras | 571.111 | (73.690) |
| Operações de crédito | (18.782.127) | 588.921 |
| Outros ativos financeiros | 644.619 | (14.575) |
| Ativos fiscais correntes e diferidos | (1.320) | (4.361) |
| Outros ativos | (28.137) | 21.427 |
| Aumento (redução) em passivos operacionais | | |
| Depósitos | (13.926.413) | 8.504.343 |
| Recursos de aceite e emissão de títulos | 13.706.406 | - |
| Relações interfinanceiras | 4.663.959 | 585.312 |
| Outros passivos financeiros | (128.826) | (23.087) |
| Obrigações fiscais correntes | 157.278 | 98.612 |
| Outros passivos | (1.634.944) | (1.360.912) |
| FATES - Atos cooperativos | (241.843) | (155.947) |
| FATES - Atos não cooperativos | (4.940) | (3.583) |
| Imposto de renda | (383) | (607) |
| Contribuição social | (383) | (708) |
| Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | (11.380.984) | 13.407.866 |
| Atividades de investimentos | | |
| Aumento em investimento em cooperativa central | (1.025.377) | (186.776) |
| Aquisição de imobilizado de uso | (581.341) | (129.328) |
| Aquisição de intangível | (8.153) | (4.612) |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos | (1.614.871) | (320.716) |
| Atividades de financiamentos | | |
| Aumento por integralizações | 445.210 | 636.223 |

Continua...

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

...Continuação

| | 2023 | | 2022 |
|--|---------------------|------------------|-------------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Devolução de capital à cooperados | (240.742) | (409.071) | (614.386) |
| Distribuição de sobras para associados | - | (24.650) | (14.110) |
| Juros sobre o capital próprio | 1.754.930 | 1.754.930 | 1.433.117 |
| Utilizações de reservas | - | (625) | (8.765) |
| Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos | 1.959.398 | 1.892.090 | 1.432.079 |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | (11.036.457) | 4.395.286 | 14.519.229 |
| Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 42.355.459 | 26.923.716 | 12.404.487 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 31.319.002 | 31.319.002 | 26.923.716 |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | (11.036.457) | 4.395.286 | 14.519.229 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
Em reais

1. Contexto operacional

A Credisis Credibrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia (“Cooperativa”), fundada em 4 de dezembro de 2002, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza civil e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 28 de março de 2003, através do registro sob no 05.597.773/0001-10.

A Cooperativa está sediada na Avenida 13 de maio nº2.057, centro de Nova Brasilândia D’Oeste – RO e tem sua área de ação nos municípios de Nova Brasilândia D’Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia D’Oeste, Alta Floresta do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Alvorada do Oeste, Urupá, Ji-Paraná, Presidente Médici, Ministro Andrezza, Castanheiras e Rolim de Moura, todos no Estado de Rondônia.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e a industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional dos cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica. É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 16 de fevereiro de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – Bacen, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Bacen e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas

anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN Nº 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa Central, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o Sistema CrediSIS revisou a estrutura para atender a norma e contratou a empresa de Consultoria BIP para a Implantação da Resolução CMN 4.966/2021 e revisou o cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- Etapa 01 (2024): Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos

financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.

- Etapa 02 (2024): Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) – Considerando o enquadramento da instituição como S5, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- Etapa 03 (2024): Sistemas – Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- Etapa 04 (2024): Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- Etapa 05 (2024): Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- Etapa 06 (2024): Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/2021.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

2.2. Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e centralização financeira mantida na Central.

d) Títulos e valores mobiliários – participações em cooperativas

Participações em cooperativa, registrados pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela resolução CMN nº 4.817/2020.

e) Relações interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

l) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

m) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

p) Impostos e contribuições

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

q) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

s) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| Descrição | 2023 | 2022 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades | | |
| Caixa e depósitos bancários | 436.327 | 464.714 |
| Relações interfinanceiras (nota 6) | 30.882.675 | 26.459.002 |
| | 31.319.002 | 26.923.716 |

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5. Títulos e valores mobiliários

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| | Não circulante | Não circulante |
| CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda | 5.017.546 | 3.066.505 |
| | 5.017.546 | 3.066.505 |

Trata-se de participação na Central do Sistema CrediSIS. Até junho de 2022 estava contabilizado em investimentos e conforme a IN BCB nº 268/2022 passou a ser registrado dentro de Títulos e Valores Mobiliários.

6. Relações interfinanceiras

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|-------------------|-------------------|
| Direitos junto ao sistema de liquidação | - | 73.690 |
| Centralização financeira (i) | 30.882.675 | 26.459.002 |
| | 30.882.675 | 26.532.692 |

- i. Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da CREDISIS Central – Central de Cooperativas Ltda. determinado no artigo 3º da Resolução CMN nº 5.051/2022. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 3.866.345 (R\$ 1.894.917 em 2022).

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

| Descrição | 2023 | | | 2022 | | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Empréstimos e direitos creditórios descontados | 56.576.513 | 2.461.560 | 59.038.073 | 43.365.661 | 1.346.180 | 44.711.841 |
| Financiamentos | 872.919 | 590.985 | 1.463.904 | 736.181 | 273.142 | 1.009.323 |
| Financiamentos rurais | 6.212.314 | 5.059.720 | 11.272.034 | 1.471.593 | 3.844.867 | 5.316.460 |
| | 63.661.746 | 8.112.265 | 71.774.011 | 45.573.435 | 5.464.189 | 51.037.624 |

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de 16.310.292 (R\$ 13.887.778 em 2022).

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

| Nível de risco | Provisão % | 2023 | | | 2022 | | |
|----------------|------------|----------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| | | Vencidas | Vincendas | Total | Vencidas | Vincendas | Total |
| AA | - | - | - | - | - | - | - |
| A | 0,5 | - | 13.567.439 | 13.567.439 | - | 11.614.267 | 11.614.267 |
| B | 1,0 | 918 | 36.673.058 | 36.673.976 | 46.833 | 10.424.446 | 10.471.279 |
| C | 3,0 | 7.053 | 18.387.936 | 18.394.989 | 53.925 | 18.516.825 | 18.570.750 |
| D | 10,0 | 2.809 | 1.426.957 | 1.429.766 | 23.701 | 9.886.408 | 9.910.109 |
| E | 30,0 | 55.993 | 545.021 | 601.014 | 61.478 | 76.398 | 137.876 |
| F | 50,0 | 35.801 | 230.727 | 266.528 | 2.609 | 16.890 | 19.499 |
| G | 70,0 | 14.366 | 8.753 | 23.119 | 13.302 | 10.394 | 23.696 |
| H | 100,0 | 513.016 | 304.164 | 817.180 | 113.916 | 176.232 | 290.148 |
| | | 629.956 | 71.144.055 | 71.774.011 | 315.764 | 50.721.860 | 51.037.624 |

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

| Ano | 2023 | 2022 |
|------|------------------|------------------|
| 2024 | - | 2.241.437 |
| 2025 | 7.813.594 | 3.220.462 |
| 2026 | 239.371 | 2.290 |
| 2027 | 59.300 | - |
| | 8.112.265 | 5.464.189 |

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 536.049 (R\$ 313.954 em 2022). Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 30.768, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 101.197 em 2022), registrados em Ingressos de operações de crédito (nota 18).

S. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**a) Composição por tipo de operação**

| | 2023 | | | 2022 | | |
|---|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| (-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | (2.140.531) | (135.805) | (2.276.336) | (1.875.767) | (192.998) | (2.068.765) |
| (-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | (31.103) | - | (31.103) | (23.905) | - | (23.905) |
| | (2.171.634) | (135.805) | (2.307.439) | (1.899.672) | (192.998) | (2.092.670) |

b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial | (2.092.670) | (2.053.411) |
| Créditos baixados para prejuízo | 253.008 | 91.045 |
| Constituição da provisão para perdas em operações de crédito | (916.397) | (760.181) |
| Constituição da provisão para perdas em outros créditos | (37.401) | (20.277) |
| Reversão de provisão para operações de crédito | 486.021 | 650.154 |
| Saldo final | (2.307.439) | (2.092.670) |

9. Outros ativos financeiros

| | 2023 | | | 2022 | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 154 | - | 154 | 2.560 | - | 2.560 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações | 380.300 | - | 380.300 | - | - | - |
| Devedores diversos - País | 189.779 | - | 189.779 | 111.382 | - | 111.382 |
| Material em estoque | 101.760 | - | 101.760 | 83.654 | - | 83.654 |
| Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos | - | 20.758 | 20.758 | - | 20.758 | 20.758 |
| (-) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros | - | (3.258) | (3.258) | - | (3.258) | (3.258) |
| Despesas antecipadas | 29.866 | - | 29.866 | 34.253 | - | 34.253 |
| | 701.859 | 17.500 | 719.359 | 231.849 | 17.500 | 249.349 |

10. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

| Descrição | Taxa anual de depreciação / amortização | Custo | Depreciação/ amortização acumulada | 2023 | 2022 |
|--------------------------------------|---|------------------|------------------------------------|------------------|------------------|
| | | | | Líquido | Líquido |
| Imobilizado de uso | | | | | |
| Imobilizações em curso | - | 275.539 | - | 275.539 | - |
| Móveis e equipamentos | De 10% a 20% | 2.108.905 | (1.271.825) | 837.080 | 768.614 |
| Veículos | 20% | 268.399 | (201.124) | 67.275 | 121.706 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 4% | 1.697.054 | (1.057.780) | 639.274 | 520.459 |
| | | 4.349.897 | (2.530.729) | 1.819.168 | 1.410.779 |
| Intangível | | | | | |
| Sistemas de processamento de dados | 20% | 157.380 | (118.553) | 38.827 | 45.874 |
| | | 4.507.277 | (2.649.282) | 1.857.995 | 1.456.653 |

11. Depósitos

| Descrição | 2023 | 2022 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos à vista | 17.911.082 | 15.479.991 |
| Depósitos a prazo (i) | 35.436.662 | 36.609.406 |
| | 53.347.744 | 52.089.397 |

- i. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2023, foram registrados R\$ 6.482.984 (R\$ 4.570.658 em 2022) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

| Descrição | 2023 | | Total |
|--|------------------|-------------------|-------------------|
| | Circulante | Não circulante | |
| Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio | 2.695.536 | 11.010.870 | 13.706.406 |
| | 2.695.536 | 11.010.870 | 13.706.406 |

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004), lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”.

13. Relações interfinanceiras

| | 2023 | | | 2022 | | |
|---------------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Repasses interfinanceiros | 6.064.690 | 4.447.093 | 10.511.783 | 1.390.013 | 3.295.804 | 4.685.817 |
| | 6.064.690 | 4.447.093 | 10.511.783 | 1.390.013 | 3.295.804 | 4.685.817 |

Recursos tomados forma de Depósitos Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Possui remuneração média de 10,32% a.a. e vencimento final em agosto/2025. No exercício de 2023, foram registrados em operações de empréstimos, cessões e repasses R\$ 241.168 (R\$ 393.533 em 2022).

14. Obrigações fiscais correntes e diferidas

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|----------------|----------------|
| Impostos e contribuições sobre serviços | 1.614 | 572 |
| Impostos e contribuições sobre salários | 163.146 | 119.856 |
| I.R.R.F. | 148.366 | 94.833 |
| Contribuição ao FGCOOP | 8.382 | 6.511 |
| | 321.508 | 221.772 |

15. Outros passivos

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Sociais e estatutárias: | | |
| Fundo de assistência técnica, educacional e social (i) | 633.158 | 657.832 |
| Fundos voluntários (ii) | 1.163.211 | - |
| Gratificações e participações a pagar | 24.364 | 30.466 |
| Sobras a distribuir | 17.416 | 15.738 |
| Quotas de capital a pagar | 235.862 | 358.198 |
| | 2.074.011 | 1.062.234 |
| Diversas: | | |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 1.073.295 | 569.177 |
| Credores diversos no País | 54.838 | 77.544 |
| | 1.128.133 | 646.721 |
| Outros passivos | 302 | 94 |
| | 3.202.446 | 1.709.049 |

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 17).
- ii. Refere-se a reservas contabilizadas em 31 de dezembro de 2022 que foram reclassificadas para o passivo como fundos voluntários. O fundo é composto por:

a. Fundo de contingência

Tem como princípio proteger os serviços prestados por esta cooperativa, contra riscos, sejam causados por falhas tecnológicas, humanas ou técnicas, que possam resultar em danos financeiros com impacto no patrimônio da Cooperativa em decorrência de: questionamento no âmbito administrativo e/ou judicial por execução indevida de algum dos processos dos serviços, processos que gerem indenizações por danos morais,

trabalhistas e/ou quaisquer processos judiciais e fiscais; circunstâncias que resultem em despesas extras ocasionadas pela operacionalização dos serviços prestados pela cooperativa, como fraudes tecnológicas, invasões por hacker, falsificações, roubos e furtos; necessidade de se normatizar a cobertura de danos patrimoniais e pecuniários, especificamente voltados para a cobertura das despesas extras, previstas em qualquer movimentação informatizada ou operacionalizada por colaboradores, bem como a criação de mecanismos para o ressarcimento de tais despesas; circunstâncias de catástrofes naturais; Objeto de atos de vandalismo ou criminosos; Incêndios provocados por qualquer natureza. Os subsídios para formação deste Fundo de Contingência serão anuais, com percentual de 10% definido pela Assembleia, utilizando como base de cálculo as sobras líquidas do fechamento do exercício atual.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

16. Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

É representado pelas integralizações de 4.154 e 3.784 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 502.678 (R\$ 633.038 em 2022), por meio de integralizações de capital dos associados, e o montante de R\$ 1.378.877 (R\$ 1.169.066 em 2022), por meio de distribuição de sobras, e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 409.071 (R\$ 614.386 em 2022).

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital | 6.562.861 | 4.581.692 |
| Reversões de fundos | 156.156 | - |
| Juros sobre o capital (i) | (1.877.211) | (1.459.160) |
| Destinações estatutárias: | | |
| Reserva legal (ii) | (1.934.746) | (1.247.580) |
| Fundo de contingências (nota 15) | (483.687) | (311.895) |
| FATES - Atos Cooperativos (iii) | (241.843) | (155.947) |
| FATES - Atos Não Cooperativos | (4.940) | (3.583) |
| Sobras à disposição da Assembleia Geral | 2.176.590 | 1.403.527 |

- i. Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício.
- ii. 40% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- iii. 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 15).

c. Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 para distribuição de sobras R\$ 1.403.527.

18. Ingressos de operações de crédito

| Descrição | 2023 | | 2022 |
|--|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Rendas de empréstimos | 6.691.739 | 13.068.618 | 10.554.090 |
| Rendas de direitos creditórios descontados | 1.097.316 | 2.247.442 | 2.305.081 |
| Rendas de financiamentos rurais | 300.533 | 486.398 | 484.839 |
| Rendas de financiamentos | 164.173 | 301.829 | 326.398 |
| Rendas de adiantamento a depositantes | 67.732 | 206.005 | 217.370 |
| | 8.321.493 | 16.310.292 | 13.887.778 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 20.186 | 30.768 | 101.197 |
| | 8.341.679 | 16.341.060 | 13.988.975 |

19. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

| Descrição | 2023 | | 2022 |
|--|----------------|------------------|----------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Ingressos e receitas de prestação de serviços | | | |
| Rendas de outros serviços | 465.538 | 892.092 | 691.766 |
| Rendas de cobrança | 41.114 | 80.681 | 70.055 |
| Rendas de serviços de custódia | 365 | 975 | 1.895 |
| | 507.017 | 973.748 | 763.716 |
| Rendas de tarifas | | | |
| Rendas de serviços prioritários – PF | 14.435 | 31.151 | 40.027 |
| Rendas de tarifas bancárias – PJ | 3.099 | 10.946 | 15.301 |
| | 17.534 | 42.097 | 55.328 |
| | 524.551 | 1.015.845 | 819.044 |

20. Dispêndios e despesas de pessoal

| Descrição | 2023 | | 2022 |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Despesas de pessoal - proventos | (1.270.018) | (2.497.925) | (1.719.007) |
| Despesas de pessoal - encargos sociais | (401.506) | (809.807) | (691.006) |
| Despesas de pessoal - benefícios | (385.995) | (716.542) | (616.319) |
| Despesas de honorários - Conselho Administração e Diretoria | (297.509) | (605.812) | (616.658) |
| Despesas de honorários - Conselho Fiscal | (38.708) | (82.718) | (85.500) |
| Despesas de pessoal - treinamentos | (720) | (930) | - |
| | (2.394.456) | (4.713.734) | (3.728.490) |

21. Outros dispêndios e despesas administrativas

| Descrição | 2023 | | 2022 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Rateio despesas da Central | (1.093.581) | (2.445.321) | (1.578.676) |
| Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações | (324.255) | (453.328) | (286.611) |
| Serviços do sistema financeiro | (210.372) | (414.428) | (353.246) |
| Depreciações e amortizações | (151.298) | (381.285) | (533.410) |
| Aluguéis | (138.707) | (257.054) | (217.903) |
| Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados | (131.917) | (184.239) | (76.703) |
| Manutenção, conservação de bens e material | (82.727) | (147.937) | (153.224) |
| Processamento de dados | (54.201) | (94.860) | (83.718) |
| Água, energia e gás | (47.713) | (85.179) | (68.672) |
| Seguros | (25.032) | (49.462) | (44.268) |
| Transporte | (25.634) | (46.721) | (28.494) |
| Comunicações | (21.170) | (39.697) | (42.969) |
| Serviços de vigilância e segurança | (13.664) | (29.956) | (25.397) |
| Viagem no país | (10.721) | (13.443) | (2.610) |
| Outras despesas administrativas | (172.277) | (296.476) | (233.426) |
| | (2.503.269) | (4.939.386) | (3.729.327) |

22. Outros ingressos e receitas operacionais

| Descrição | 2023 | | 2022 |
|---|------------------|------------------|----------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Distribuição de sobras Central (i) | 263.590 | 1.044.006 | - |
| Outras rendas operacionais | 403.646 | 637.165 | 477.548 |
| Recuperação de encargos e despesas | 357.720 | 535.096 | - |
| Rendas de créditos por avais e fianças honrados | 4.114 | 10.341 | 6.309 |
| | 1.029.070 | 2.226.608 | 483.857 |

(i) Refere-se a distribuição de sobras e juros ao capital recebido da Credisis Central.

23. Outros dispêndios e despesas operacionais

| Descrição | 2023 | | 2022 |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Despesas de descontos concedidos em renegociações | (5.739) | (6.445) | (200) |
| Despesas de cessão de operações de crédito | - | - | (1.315) |
| Fundo de contingência | (16.373) | (32.746) | (32.745) |
| | (22.112) | (39.191) | (34.260) |

24. Outras receitas e despesas

| Descrição | 2023 | | 2022 |
|--|--------------|--------------|-----------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Receitas não operacionais | | | |
| Ganhos de capital | 323 | 351 | 4.825 |
| Outras rendas não operacionais | - | 206 | 67 |
| | 323 | 557 | 4.892 |
| Despesas não operacionais | | | |
| Perdas de capital | - | - | (1.627) |
| Despesas de provisões não operacionais | - | - | (3.257) |
| Prejuízos na alienação de valores e bens | - | - | (15.000) |
| Outras despesas não operacionais | (269) | (269) | (63) |
| | (269) | (269) | (19.947) |
| | 54 | 288 | (15.055) |

25. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

26. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|-----------|-----------|
| Principais saldos: | | |
| Ativo | | |
| Operações de crédito | 2.533.824 | 2.387.863 |
| Passivo | | |
| Depósitos à vista e a prazo | 2.097.293 | 2.009.247 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 742.044 | 629.792 |
| Principais operações: | | |
| Ingressos com operações de crédito | 192.664 | 427.989 |
| Dispêndio com captações | (140.699) | (199.571) |
| Benefícios: | | |
| Conselho de Administração e Diretoria (nota 20) | 605.812 | 616.658 |
| Conselho Fiscal (nota 20) | 82.718 | 85.500 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

26.1. CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a) Atribuições estatutárias

CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

b) Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|-------------|-------------|
| Principais saldos: | | |
| Ativo circulante | | |
| Relações interfinanceiras (nota 6) | 30.882.675 | 26.459.002 |
| Ativo não circulante | | |
| Participações em cooperativas (nota 5) | 5.017.546 | 3.066.505 |
| Passivo circulante | | |
| Relações interfinanceiras (nota 13) | 6.064.690 | 1.390.013 |
| Passivo exigível a longo prazo | | |
| Relações interfinanceiras (nota 13) | 4.447.093 | 3.295.804 |
| Dispêndio com captações | | |
| Principais operações: | | |
| Ingressos | | |
| Ingressos com intermediação financeira (nota 6) | 3.866.345 | 1.894.917 |
| Outros ingressos e receitas operacionais (nota 22) | 1.044.006 | - |
| Dispêndios | | |
| Operações de empréstimos e repasses (nota 13) | (241.168) | (393.533) |
| Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 21) | (2.445.321) | (1.578.676) |
| Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 23) | (32.746) | (32.745) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Patrimônio de referência (PR) | 27.207.091 | 21.981.842 |
| Ativo ponderado pelo risco (RWAS5) | 73.064.258 | 52.189.533 |
| Índice de Basileia | 37,24% | 42,12% |

28. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f. Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g. Gestão de Continuidade do Negócio:

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

h. Gerenciamento de Capital:

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

29. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Alexsandro Gusse Osowski

Presidente
CPF 858.440.552-68

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4
CPF: 851.693.312-15



Acesse nosso site!

www.credisis.com.br